



# 40ª SEMAD

Semana do Administrador da UEM



## EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO PILOTO REALIZADO NO PAÍS

*Luiza Berto de Lima*

*Vilma Meurer Sela*

*Ligia Greatti*

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender as ações desenvolvidas pelo projeto piloto BM&FBOVESPA sobre educação financeira implementado nas escolas, bem como os impactos gerados pelo mesmo na vida dos alunos e seus familiares. A pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo-qualitativo. A coleta de dados se deu de forma indireta, realizada por meio da pesquisa documental (documento da BM&FBOVESPA sobre os resultados da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas e informações do website Vida e Dinheiro). Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados obtidos levam a concluir que a educação financeira teve um impacto significativo na vida dos alunos e de suas famílias, proporcionando aos mesmos conhecimento e desenvolvimento de habilidades, capazes de trazer inúmeros benefícios em sua vida, por meio da boa convivência com o dinheiro.

**Palavras-chave:** Alunos. Conhecimento. Comportamento. Desenvolvimento socioeconômico.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Jacob, et al (2000), o significado de financeira se encontra na variedade de operações que envolvem o dinheiro na rotina do indivíduo, o que abrange o planejamento mensal, a tomada de empréstimos, controle do cheque, administração do cartão de crédito, compra de seguros e investimentos. Já quando se aborda a educação a mesma se refere ao conhecimento de termos, práticas, direitos, regras sociais e ações necessárias para a compreensão e funcionamento dessas atividades financeiras fundamentais. Essa educação também integra a habilidade de saber utilizar esses aprendizados matemáticos para fazer escolhas sensatas. Todos esses entendimentos são confirmados por Savóia, Saito e Santana (2007), que compreendem a educação financeira como sendo um processo de transferência de conhecimento que abre caminhos para o desenvolvimento de habilidades, para que os indivíduos possam tomar decisões embasadas e seguras, o que torna melhor a administração de suas finanças pessoais. Uma vez que se obtém essa competência os indivíduos são capazes de ser mais integrados na sociedade como um todo e mais ativos no meio financeiro, o que proporciona melhorias em sua qualidade de vida. Na sociedade atual faz-se necessário que os indivíduos compreendam as forças que influenciam o meio e sua relação com os demais.

De acordo com a OCDE (2004), a Educação Financeira sempre foi de extrema importância para os consumidores para fornecer informações que dessem suporte para planejar e gerenciar sua receita, poupar, investir e evitar que sejam vítimas de golpes. E, nos últimos anos, vem adquirindo uma importância significativa, uma vez que os mercados financeiros vêm se desenvolvendo. Há também as modificações demográficas, econômicas e políticas. Nesse contexto, alguns experts consideram que a educação financeira deva ser inserida já na infância e principalmente no início de sua vida escolar, tomando por base que esse seja o momento ideal para influenciar o comportamento das crianças, uma vez que suas mentes estariam livres para receber novos conceitos (SILVA, 2013).

De acordo Mundy (2008), a educação financeira nas escolas deve possuir um foco em auxiliar os alunos a gerir o seu dinheiro e suas vidas. Ademais, deve concentrar nas ações, nos conhecimentos, habilidades e no comportamento desses indivíduos para que sejam capazes de realizar uma melhor administração de seus recursos ao longo da vida.

O objetivo principal é ensinar a criança conceitos básicos, como o que é caro ou barato, a esperar, a poupar, planejar, dentre outros quesitos, mas com a finalidade principal de que esses ensinamentos se tornem hábitos e que essas crianças se tornem adultos preparados para lidar com o sistema financeiro e saibam tirar o melhor proveito do mesmo, além de evitar que sejam adultos endividados e com descontrole sobre a vida familiar e pessoal (MACHADO, 2011).

Devido a sua relevância para o contexto socioeconômico, a educação financeira vem obtendo papel de destaque no Brasil e no mundo e como consequência vem abrindo caminhos para novas pesquisas relacionadas ao tema, bem como possibilidades de desenvolvimento de ações e programas tanto pelo setor público quanto privado, objetivando contribuir para a elevação do nível de educação financeira da sociedade. Diante dessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo compreender as ações desenvolvidas pelo projeto piloto BM&FBOVESPA sobre educação financeira implementado nas escolas, bem como os impactos gerados pelo mesmo na vida dos alunos e seus familiares. A pesquisa se mostra relevante, tendo em vista que a educação financeira nas escolas pode contribuir para o progresso da sociedade, ao ensinar decisões financeiras sensatas que devem ser despertadas ainda na infância para que se torne um hábito e faça dessas crianças, adultos preparados para lidar com o sistema financeiro. Nesse sentido, a pesquisa contribui para acirrar o debate sobre educação financeira nas escolas, comprovar sua importância para o desenvolvimento social e econômico e a necessidade de ser introduzida já nos estágios iniciais da vida para evitar transtornos futuros e garantir o bem estar do indivíduo e da sociedade como um todo.

## 2 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO ESCOLAR

De acordo com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), a educação financeira pode ser entendida como:

[...] o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE 2005, p.13).

Ademais a OCDE deixa claro que a educação deve ser uma ferramenta para promover o desenvolvimento e o crescimento econômico, fornecendo assim uma maior confiança e estabilidade, evitando que a população vivencie um golpe.

A educação financeira pode ser conceituada como sendo a habilidade do indivíduo para a tomada de decisões mais acertadas com relação ao gerenciamento da sua vida financeira (PINHEIRO, 2008). A principal concepção que se tem de educação financeira é a de economizar. Porém, é preciso ter o entendimento de que a educação financeira vai muito além de simplesmente economizar, a mesma é o modo como se compreende o dinheiro e todas as informações a ele relacionadas, inclusive a convivência do indivíduo com o mesmo (BTG, 2019).

As empresas empenham um grande volume de dinheiro com marketing para seus produtos e serviços, apresentando-os de uma maneira facilitada por meio de empréstimos, cartões de crédito, contas correntes e diversas outras maneiras de pagamento no longo prazo, que envolvem altos juros. Mas, poucos recursos são empregados para o ensino de educação financeira tanto para as crianças e adolescentes, como para os adultos, o que faz com que os mesmos não tenham embasamento para tomar decisões referente a sua vida financeira. (OLIVEIRA, et. al., 2014)

A educação financeira não visa especificamente o enriquecimento e sim a conscientização para que o jovem tenha plena capacidade para ter uma boa relação com o dinheiro, proporcionando ao mesmo uma boa qualidade de vida. A educação financeira para as crianças faz com que as mesmas sejam jovens mais estruturados em suas finanças pessoais, e empresariais. Mas a barreira para que esse ensino ocorra se inicia dentro de casa, uma vez que os pais não possuem preparo para tratar e ensinar aos seus filhos sobre o tema, o que se deve também a uma questão cultural, devido à instabilidade na economia que antecedeu o plano real. Devido a essas barreiras, o melhor caminho para se abordar o assunto seria nas escolas, com o apoio da família para a parte prática (OLIVEIRA, et. al., 2014). No entanto, afirmam os autores, a participação da família no processo de alfabetização financeira ainda é um desafio, sendo preciso quebrar as barreiras de uma cultura consumista.

Sthepani (2005) apresenta que todos os indivíduos que estão presentes no processo de formação de um ser humano possuem responsabilidade no processo de mudança. A educação financeira proporciona uma ligação entre diversas áreas do conhecimento, fazendo com as mesmas trabalhem em conjunto para a formação do indivíduo, fornecendo a ele ferramentas para a construção de sua autonomia.

Sendo assim, a educação financeira estará presente no indivíduo não apenas em sua fase escolar, mas irá acompanhá-lo por toda vida (OLIVEIRA, et. al., 2014). Em muitos casos, os indivíduos sem formação acabam por tomar decisões impensadas e irresponsáveis, o que resulta em consequências negativas em sua vida, o que, em parte, se deve ao fato da ausência de educação financeira nas escolas.

A literatura entende que o ambiente escolar é um local que possibilita o conhecimento sobre os mais diversos conteúdos importantes para a formação do indivíduo dentro dos quais abrange a educação financeira (PETER; PALMEIRA, 2013).

Carvalho (2010, apud Theodoro, Gindro e Colenci Junior, 2010) também confirma que a escola é o ambiente ideal para que a educação financeira seja implantada. Porém, para que a função da educação financeira dos indivíduos seja delegada a uma instituição de ensino faz-se necessário fornecer apoio para que a função possa ser empenhada. É preciso refletir o papel do Estado nesse ensino, uma vez que no Código de Defesa do Consumidor (1990) consta que o Estado precisa cumprir com o dever de fornecer educação financeira por meio de órgãos específicos. De acordo com Teixeira et, al. (2010), o Estado não está dando a devida atenção para que o ensino de educação financeira no ambiente escolar ocorra.

Ademais, a família precisa entender que também possui responsabilidades quanto à educação financeira das crianças, uma vez que, de acordo com Ewald (2010), é na família que os indivíduos veem os exemplos, mas reconhece-se que não são em todas as famílias que a alfabetização financeira está presente. Para que essa situação possa ser amenizada a escola deve, ao desenvolver os projetos de educação financeira, em um primeiro momento, reunir os pais e apresentar a proposta e explicar que o exemplo ocorre no dia a dia da criança dentro de casa. Assim, faz-se necessário que a família tenha o apoio da escola para que essa atividade possa ser desenvolvida para que saibam como conduzir os momentos que envolvem as finanças e o orçamento da casa.

Para que se tenha um sistema eficiente no ensino de educação financeira é preciso que as três dimensões estejam alinhadas, uma vez que o Estado precisa oferecer apoio às escolas, para que ocorra a ampliação e a capacitação dos indivíduos. A escola tem a missão de efetivar a alfabetização financeira, como uma disciplina contínua durante a trajetória escolar que seriam desde o ensino fundamental até o médio. E a escola deve inserir a família no contexto, para que a mesma também possa absorver os conhecimentos e, também, para que a família seja capaz de educar financeiramente os indivíduos no dia a dia. (OLIVEIRA, et. al., 2014)

A relevância do tema educação financeira nas escolas vem sendo cada vez mais alvo de discussão, principalmente porque agora a educação financeira é uma disciplina que foi incluída na grade curricular das escolas públicas, por meio do programa ENEF; na rede privada, algumas escolas já haviam adotado o ensino da educação financeira (VIDA E DINHEIRO, 2017).

A partir do momento que passou a se discutir esse assunto foi notável a ausência de conhecimento financeiro pelos brasileiros, devido aos motivos e métodos de ensino, uma vez que, desde meados de 1500, a busca pela prosperidade era algo exclusivo da nobreza e que tratar de assuntos envolvendo o dinheiro não tinha sentido, pois o dinheiro que era acessado pelos brasileiros não lhe permitia escolher (CERBASI, 2013 apud ABREU, 2013, p. 12).

A importância da educação financeira está na formação de profissionais conscientes e capacitados para o mundo moderno, mas essa situação não representa a realidade nem no Brasil e nem no mundo, uma vez que os estudantes terminam seus estudos sem adquirir habilidades financeiras, o que faz com que enfrentam dificuldades nessa área da vida. E o que se tem visto é a necessidade gastar o dinheiro, pois em muitos casos os indivíduos trabalham muito, porém não aprendem a fazer o dinheiro trabalhar para eles. Isso mostra uma realidade em que os indivíduos possuem uma formação exemplar, porém não possuem habilidades de gerenciamento do dinheiro, para que consigam alcançar a independência financeira e estabilidade (KIOYOSAKI, 2000).

Lusardi e Mitchell (2011, apud Andrade e Lucena, 2018) apresentam que o analfabetismo financeiro corresponde a uma realidade global, o que coloca em destaque a necessidade de desenvolvimento de programas de educação que ofereçam à população, principalmente às crianças, conhecimento para uma vida financeira mais saudável.

A educação financeira é entendida por Savóia, Saito e Santana (2007) como um meio de transmissão de conhecimento que leva ao desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que os mesmos consigam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando se aprimora tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar. De acordo com Sela (2017) esse melhor preparo, resultará em um sistema financeiro mais sólido e eficiente e com indivíduos qualificados para atuarem em momentos de instabilidades financeiras. Essa transmissão de conhecimentos é ainda mais eficaz na infância, uma vez que quando adultos irão desfrutar de todos esses benefícios ainda mais cedo.

A educação financeira também é responsável por promover uma conscientização dessas crianças, que um dia serão adultos, para a importância do planejamento financeiro, a fim de que o mesmo desenvolva relação equilibrada com o dinheiro, bem como adote boas decisões sobre finanças e consumo. Ao conscientizar os indivíduos quanto aos fatores internos e externos que influenciam suas escolhas, a educação financeira pode ajudar a equilibrar as necessidades e os desejos de consumo com os objetivos de longo prazo, de forma a estimular a poupança. (SELA, 2017).

Uma vez incluído no sistema financeiro tradicional, o indivíduo necessita de conhecimento e informações para que possa fazer um uso adequado dos recursos de modo pertinente. E a educação financeira pode auxiliar nessa etapa, ensinando algumas atitudes simples, mas que podem proporcionar grandes mudanças na qualidade de vida dessas crianças, que serão futuros adultos, e de suas famílias, isso proporciona também benefícios a toda a população. Como consequência de boas práticas e uma maior qualidade na tomada de decisão tem-se o desenvolvimento econômico (BCB, 2013).

Como cidadãos, os indivíduos estão em contato com diversas atividades rotineiras que envolvem dinheiro, seja para abrir uma conta, para planejar o orçamento familiar, financiar a casa própria, assegurar o carro, garantir a aposentadoria ou também na simples escolha da forma de pagamento. Essas decisões, que podem ser consideradas “simples”, precisam de uma fundamentação, para que os indivíduos tenham conhecimento suficiente para escolher o produto financeiro que lhe será mais benéfico. O que pode tornar esse processo mais fácil e eficiente é se o ensino tiver ocorrido ainda na infância (PINHEIRO, 2008).

Ademais, a educação financeira é extremamente útil quando se trata da conscientização dos indivíduos de todas as variáveis que envolvem a tomada de decisão seja essa decisão ligada ao consumo ou ao investimento (LUCCI et al., 2006).

Diante da evolução dos bancos, ocorreu uma maior oferta de diversos produtos/serviços financeiros, entretanto a maior disponibilidade de crédito e a falta de conhecimento financeiro ocasionam inúmeros empréstimos e elevada inadimplência, uma vez que observa-se que muitos jovens que têm acesso aos cartões de crédito já se encontram em dificuldades financeiras no início de suas vidas. A ausência de conhecimento sobre finanças leva os indivíduos a altas dívidas, empréstimos abusivos, investimentos errados, elevadas taxas de juros, etc., o que poderia ser evitado caso os jovens tivessem recebido o devido conhecimento ainda quando criança (PINHEIRO, 2008).

Quando se tem um déficit de conhecimento financeiro, isso traz prejuízos tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. A pouca capacidade de tomar decisões assertivas é a principal causa de endividamento, inadimplência e baixo número de investidores no país. Clientes que passaram por uma educação financeira realizam escolhas de produtos e serviços que se encontram de acordo com suas necessidades, de modo que incentiva a competição, uma vez que se tem uma maior exigência do mercado financeiro e requer uma maior transparência dos agentes financeiros, criando um ambiente perfeito para a estabilidade e eficiência do sistema financeiro (BCB, 2013).

A educação financeira quando presente na vida das pessoas fornece a possibilidade de realização do planejamento de seu orçamento, proporcionando inúmeros benefícios, como evitar contas surpresas, gerenciando da maneira mais conveniente o seu orçamento, economizando e tendo um controle do mesmo, a ter uma melhor qualidade de vida e tranquilidade para planejar o futuro, a evitar o estresse e livrar as pessoas das dívidas, além de possuir um maior embasamento para tomada de decisões, principalmente relacionadas ao consumo e investimentos (LOBO, 2019).

Assim, os indivíduos que tiveram acesso à educação financeira estão adiante na sociedade e cada vez mais perto da sua segurança, independência e liberdade financeira (ICF, 2016). No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada como um meio de realizar a educação financeira e previdenciária e promover a solidificação do sistema financeiro do país e um consumo consciente. Uma das ações da ENEF é implantar a educação financeira nas escolas seguindo às recomendações da OCDE para educar crianças e adolescentes para utilizarem o dinheiro de modo consciente e também para que possam desenvolver hábitos e comportamentos ambicionados (BRASIL, 2010).

Em suma, a OCDE propõe que a educação financeira seja mais voltada a finanças pessoais e que essas informações possam influenciar o comportamento e hábitos financeiros, proporcionando um reflexo positivo na sociedade. Os programas realizados com o objetivo de promover a educação financeira fomentam o desenvolvimento de conhecimento de habilidade e atitudes, constituindo indivíduos com senso crítico, com informação sobre os serviços financeiros oferecidos pelo mercado, bem como, orientados para gerenciar suas finanças de modo eficiente. (MANSON EWILSON, 2000 apud DOLVIN E TEMPLETON, 2006; VOLPE et al., 2006).

Ademais, a educação financeira objetiva a formação de indivíduos pensantes, críticos, autônomos e com a possibilidade de realizar projetos. Que diante de situações de crises saibam modificar o comportamento, com práticas seguras e conscientes. Que entendam e realizem um bom planejamento de curto, médio e longo prazo, garantindo seu futuro como em momentos de problemas de saúde, desemprego ou aposentadoria. E que tenham conhecimento suficiente para tomar decisões sensatas para evitar o endividamento. (DOMINGOS, 2020).

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo-qualitativo. Diferente da pesquisa quantitativa, que se distancia para produzir o conhecimento por meio da representatividade, a pesquisa qualitativa se aproxima do objeto para analisar em profundidade. São simplesmente diferentes em termos de objetivo de pesquisa. O pesquisador é considerado parte integrante do processo de conhecimento. Ele interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. (GIL, 2008).

A pesquisa de cunho qualitativo envolve a “[...] obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58). A pesquisa qualitativa assume características descritivas, envolvendo a pesquisa documental e bibliográfica e a pesquisa de campo, definida pela coleta de dados in loco, gerando dados para estudo das hipóteses.

A coleta de dados se deu de forma indireta, realizada por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo o reforço na análise ou na manipulação dos dados (LAKATOS & MARCONI, 2003). Na pesquisa em tela, a pesquisa bibliográfica auxiliou na compreensão do tema que delineia o estudo – educação financeira no

contexto escolar. A pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2003), é aquela na qual a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, constituindo o que se denomina de fontes primárias. A pesquisa documental foi realizada em fevereiro de 2021, por meio de documento da BM&FBOVESPA sobre os resultados da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas, bem como do website Vida e Dinheiro, site oficial do governo, que concentra as informações referentes à educação financeira no Brasil.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1979, p. 42), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. A análise de conteúdo visa o tratamento dos conteúdos veiculados por meio de documentos escritos, como também por meio de outras formas de expressão, como imagens, sons, mapas e símbolos. Quanto à organização da análise de conteúdo, Bardin (1979, p. 95) preconiza que esta requer técnicas para a sua clareza e objetividade; e enumera três etapas básicas, as quais orientaram os procedimentos de análise desta investigação, conforme delineado a seguir: (1) pré-análise; (2) exploração do material; (3) o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O Brasil tem a educação financeira como sendo tema de caráter urgente, uma vez que o nível de educação financeira da população necessita ser melhorado. Pesquisa promovida pelo instituto Data Popular em 2008 apresentou que 82% dos consumidores do Brasil não possuíam ciência da taxa de juros mediante ao empréstimo a ser realizado e que a maioria das parcelas de empréstimos atrasadas possui uma fraca administração financeira. Ademais, as taxas de poupança são baixas, mesmo entre famílias de maior poder aquisitivo. (BM&FBOVESPA, 2012)

Essa situação poderia ser revertida, por meio da educação financeira, que ocorre pela transferência de conhecimentos capazes de desenvolver habilidades para que os indivíduos possam ter embasamento e segurança para tomada de decisões no âmbito financeiro de suas vidas (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Para que o país possa alavancar o nível dos brasileiros no quesito de educação financeira, o Governo do Brasil propôs a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2009. O intuito dessa estratégia é a de desenvolver habilidades financeiras pessoais, incentivar um comportamento financeiro responsável entre a população brasileira, contribuindo para o seu bem-estar financeiro. Haja vista que esse conhecimento não é ensinado pelo sistema tradicional de educação brasileira, entre agosto de 2010 e dezembro de 2011, foi criado no âmbito da ENEF, um programa de Educação Financeira para o Ensino Médio nas escolas públicas de seis estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal).

Por meio desse programa, a educação financeira foi tratada como tema transversal no currículo escolar desses jovens, tendo 72 situações didáticas nas aulas de matemática, português e outras matérias. Esse projeto também incluía atividades para serem realizadas em casa, com os responsáveis, bem como um workshop que era proposto apenas aos responsáveis com conhecimentos de educação financeira.

O projeto piloto de educação financeira teve sua duração de três semestres letivos (agosto de 2010 até dezembro de 2011) e contou com uma avaliação do mesmo. Durante este período, inicialmente aplicou-se uma avaliação diagnóstica do programa para avaliar o nível de conhecimento de educação financeira dos alunos antes do início do programa. Em seguida, em

dezembro de 2010, a primeira avaliação somativa foi implementada, que permitiu que conhecêssemos os avanços preliminares dos quatro primeiros meses do projeto. Por fim, em dezembro de 2011, realizou-se a avaliação final do programa, após o término das atividades do projeto nas escolas. O objetivo da avaliação foi aplicar métodos para que se pudesse identificar o impacto que a educação financeira foi capaz de proporcionar sobre os conhecimentos financeiros dos alunos e de suas famílias, com relação às atitudes financeiras, tomada de decisões e o bem-estar econômico.

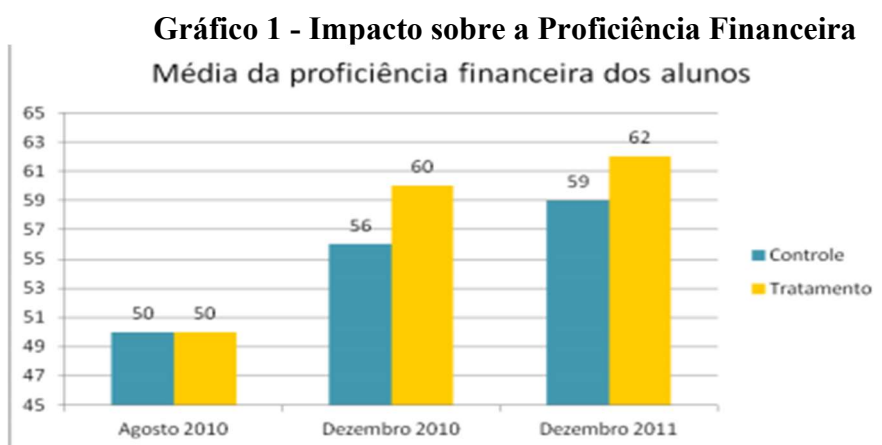
Para realizar a avaliação do impacto do projeto piloto foi utilizado o método de atribuição aleatória, as escolas foram selecionadas aleatoriamente, para formarem o “grupo de tratamento” que tiveram acesso à educação financeira e tem-se também o “grupo de controle”, que não tiveram acesso. Quando comparados os dois grupos isso auxiliou na compreensão das mudanças no conhecimento, atitudes e tomada de decisão financeira dos jovens. Dessa avaliação participaram quase 900 escolas e 26.000 alunos espalhados por seis estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e o Distrito Federal.

De acordo com a avaliação diagnóstica feita em agosto de 2010, a mesma indicou que aproximadamente 56% dos alunos participantes são do sexo feminino e 51% tem renda (de trabalho ou promovida pelos pais) e aproximadamente 37% trabalham, 32% são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Cerca de um terço dos responsáveis terminou o Ensino Médio e 62% possui um computador com acesso a internet em casa. Entre os responsáveis, a poupança formal não é muito comum, uma vez que apenas 44% dos mesmos possuem conta poupança, porém quando se trata de empréstimos as taxas são altas, com 89% dos responsáveis reportando que tomaram dinheiro emprestado de um banco para compra de veículo ou imóveis, emprestaram dinheiro de outras pessoas ou compraram itens em parcelas.

Foi analisado o impacto do programa de educação financeira sobre as dimensões de proficiência financeira, autonomia financeira, intenção de poupar, poupança efetiva, comportamento de gastos e participação nas finanças domésticas dos alunos. Devido ao método de atribuição aleatória foi comparada a média entre os grupos de tratamento e de controle.

O Gráfico 1 mostra o impacto sobre a proficiência financeira para que fosse examinado o impacto do programa sobre os conhecimentos financeiros dos alunos. O resultado mostrou que houve um aumento de 5% a 7% na proficiência financeira, ou seja, ocorreu um aumento considerável nos conhecimentos financeiros dos alunos.



Fonte: BM&FBOVESPA (2012).

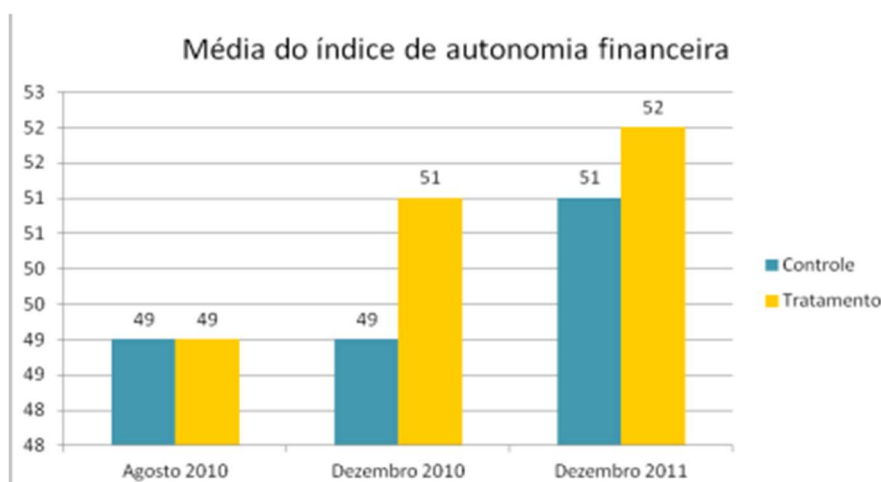
O próximo item avaliado foi a autonomia financeira e a intenção de poupar. A avaliação foi realizada utilizando perguntas sobre qual era a medida que concordavam ou



discordavam de declarações como “Gosto de pensar com cuidado antes de me decidir por comprar algo”, “Sempre tento poupar dinheiro para fazer as coisas que eu gosto”, “Em minha opinião, poupar dinheiro todo mês é extremamente benéfico” e “Acredito que consigo poupar um pouco todo mês”. De acordo com as respostas, foi medida a autonomia financeira e a intenção de poupar.

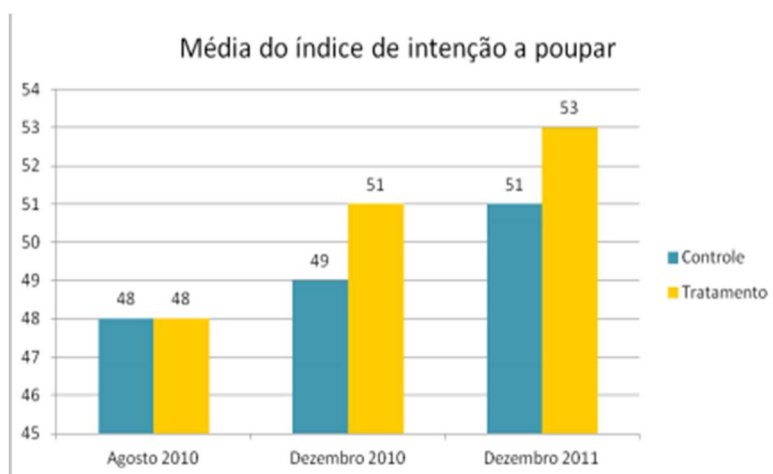
Foi observado que tanto em dezembro de 2010 quanto em dezembro de 2011 os alunos do grupo de tratamento alcançaram maiores notas do que os do grupo de controle, com 51 de média no grupo de tratamento e 49 de média no grupo de controle, isso em dezembro de 2010, já em dezembro de 2011 a média do grupo de tratamento foi para 52 e do grupo de controle para 51, como pode ser observado nos gráficos a seguir.

**Gráfico 2 - Índice de autonomia financeira**



Fonte: BM&FBOVESPA (2012).

**Gráfico 3 - Índice de intenção de poupar**



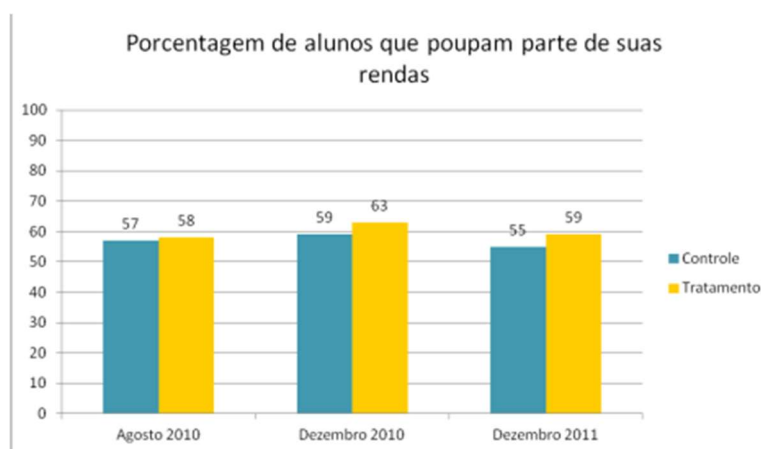
Fonte: BM&FBOVESPA (2012).

Foi perguntado aos alunos se eles pouparam uma porcentagem da sua renda. E em dezembro de 2011 o resultado foi de 61% para os alunos que possuíam alguma renda e cerca de 42% dos que trabalhavam. Os alunos também foram questionados quanto aos hábitos de gastos como fazer lista de despesas pessoais mensais e se realizavam negociação do preço e a maneira de pagamento ao realizarem uma compra.

Segundo as avaliações, os alunos do grupo de tratamento apresentaram melhores

hábitos de poupança e comportamento de consumo do que os do grupo de controle, 63% do grupo de tratamento poupam o dinheiro contra 59% do grupo de controle em dezembro de 2010; 59% e 55%, respectivamente, em dezembro de 2011. Quanto aos que fazem a lista de despesas mensais, 16% do grupo de tratamento realiza essa atividade, em comparação com 13% do grupo de controle, em dezembro de 2010 e 17% e 14%, respectivamente, em dezembro de 2011. Com relação ao hábito de negociar o preço e os meios de pagamento ao realizarem uma aquisição, 78% do grupo de tratamento praticam essa ação, comparado a 74% no controle em dezembro de 2010 e 77% no grupo de tratamento comparado a 74% no controle, em dezembro de 2011. Os resultados são apresentados nos Gráficos 4 a 6.

**Gráfico 4 - Alunos que poupam parte de suas rendas**



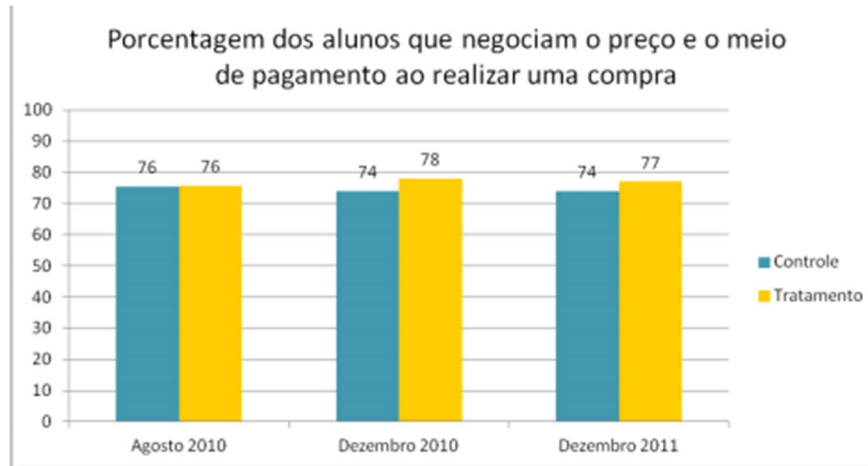
Fonte: BM&FBOVESPA (2012).

**Gráfico 5 - Alunos que fazem lista de gastos e despesas**



Fonte: BM&FBOVESPA (2012).

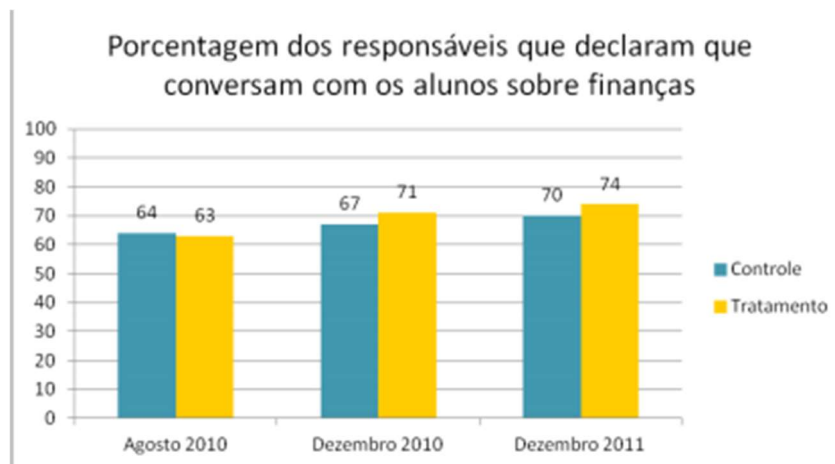
**Gráfico 6 - Alunos que negociam o preço e o meio de pagamento ao realizar uma compra**



Fonte: BM&FBOVESPA (2012).

O programa também buscou saber se a educação financeira teve algum impacto na participação dos alunos nas finanças domésticas e foi feita também a avaliação só com os responsáveis. A pesquisa fez perguntas para descobrir se os alunos conversavam com seus pais sobre finanças e se os alunos estavam presentes no planejamento do orçamento familiar. O Gráfico 7 mostra que a porcentagem dos responsáveis do grupo de tratamento que conversam com seus filhos sobre finanças contra uma porcentagem menor do grupo de controle.

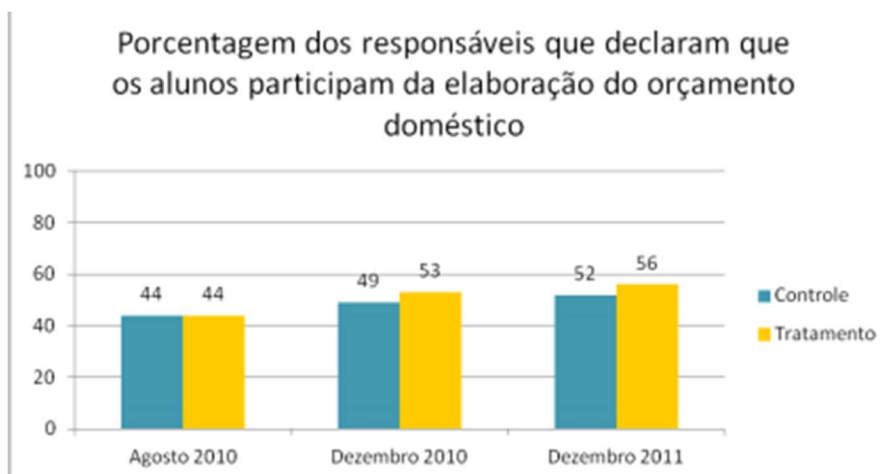
**Gráfico 7 - Porcentagem dos responsáveis que declaram que conversam com os alunos sobre finanças**



Fonte: BM&FBOVESPA (2012).

A avaliação mostrou que a maior parte dos alunos que estavam no grupo de tratamento conversava com os responsáveis sobre finanças e possuíam participação na organização do orçamento doméstico. O Gráfico 8 mostra um impacto benéfico sobre os alunos que tiveram participação na elaboração do orçamento doméstico.

**Gráfico 8. Porcentagem dos responsáveis que declaram que os alunos participam da elaboração do orçamento doméstico**



Fonte: BM&FBOVESPA (2012).

Segundo a BM&BOVESPA (2012), o workshop ministrado aos responsáveis também teve impacto positivo com relação a quantidade de pessoas desse grupo que realizam atividades como a lista de gastos e despesas. E em dezembro de 2011, 41% dos responsáveis que participaram do workshop relataram que faziam listas de gastos, contra 35% dos responsáveis que não participaram do workshop. Outro fator positivo também foi o fato de que a avaliação de dezembro de 2011, mostrou que 20,5% dos alunos que os responsáveis haviam participado do workshop declararam poupar, confrontando os 16,5% para os alunos onde os responsáveis não participaram do workshop. De acordo com a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), a educação financeira de acordo com o Plano Diretor da ENEF (2010), que é o Documento de Orientações para Educação Financeira, diz que a mesma é de fundamental importância, uma vez que prepara o indivíduo para desenvolver competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que precisarão tomar ao longo da vida.

Os dados apresentados revelam a importância do projeto piloto para a disseminação dos conceitos de educação financeira entre os alunos e seus familiares, contribuindo para uma mudança de hábitos e comportamentos com relação ao dinheiro. Devido aos bons resultados do programa para o Ensino Médio e como forma de fortalecimento da ENEF, criou-se, em 2014, o programa de Educação Financeira para o Ensino Fundamental. Participaram do programa 201 escolas da rede municipal de duas cidades brasileiras: Joinville (SC) e Manaus (AM).

Posteriormente, o programa se estendeu a outros Estados e Municípios. O programa de Educação Financeira nas Escolas possui dois projetos, um pertencente ao ensino médio e o outro ao fundamental, e conta com um projeto pedagógico e um conjunto de livros classificados por níveis de ensino oferecendo atividades educativas que buscam a inserção do tema na vida escolar beneficiando os alunos e professores.

O modelo pedagógico e o conteúdo foram projetados de acordo com o documento "Orientação para Educação Financeira nas Escolas", planejamento esse feito em parceria com o Ministério da Educação (MEC), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), dentre outras instituições educacionais e financeiras ao longo de um ano, coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esse documento embasa e propõe a maneira que a Educação Financeira e seus conteúdos formais serão alinhados no currículo da Educação Básica, embasado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus instrumentos normativos. O que se busca é proporcionar ao aluno informações e orientações que corrobora para a construção de um pensamento financeiro consistente e um comportamento autônomo e sadio.

O conteúdo pedagógico e os conteúdos financeiros proporcionam ao aluno utilizar dos

conhecimentos adquiridos em sua história de vida, podendo o mesmo planejar e fazer acontecer o seu próprio futuro, o que se conecta com o grupo familiar e social ao qual pertence.

No ano de 2020, de acordo com a Agência Câmara de Notícias (2020), foi lançado o projeto de Lei 3.145/20 que busca a obrigatoriedade da inserção da educação financeira como tema transversal dos currículos do ensino infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. O texto em tramitação na Câmara dos Deputados insere dispositivo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E no ano de 2021, as aulas de educação financeira começaram a ser ministrada em todo país pelos professores de matemática, os alunos possuem aulas das disciplinas uma vez por semana. As aulas estão sendo acompanhadas pela equipe pedagógica, os alunos possuem acesso a um material contendo diversas atividades que se assemelham com conflitos e decisões que ele se depara em seu dia a dia, proporcionando um aprendizado efetivo.

## CONCLUSÃO

Atuar nos mercados financeiros atualmente pode ser uma atividade muito difícil. Com o passar do tempo os sistemas financeiros evoluíram, se tornando mais complexos e sofisticados, o que faz com que haja uma maior demanda com relação à capacidade de planejamento financeiro. Ademais, as empresas empenham grande volume de dinheiro em marketing apresentando os meios de empréstimos, cartões de crédito, contas correntes e diversas outras maneiras de pagamento no longo prazo, que envolvem altos juros, de uma maneira facilitada para o cliente. Isso faz com que os consumidores tenham que tomar um conjunto de decisões financeiras com certa complexidade com relação a crédito, poupança, seguro, aposentadoria, habilitação e educação e em alguns momentos essa exigibilidade é maior do que o nível de educação financeira que a população possui (BM&FBOVESPA, 2012; OLIVEIRA, et. al., 2014).

Diante dessa realidade, a educação financeira se faz cada vez mais importante na vida do cidadão, sendo importante a ministração dos seus conceitos nas escolas. Para atender a essa necessidade, o Brasil vem desenvolvendo ações que visem implementar a educação financeira nas escolas. Uma dessas ações foi o projeto piloto de educação financeira, desenvolvido em 2010-2011, que proporcionou aumento do conhecimento financeiro dos alunos, bem como melhora nas atitudes financeiras e mudanças no comportamento financeiro dos alunos. Por meio da aprendizagem promovida pelo programa os alunos estão mais conscientes e abertos a poupar e administrar suas despesas, a ter um diálogo com os pais sobre temas financeiros, a fim de auxiliar na gestão do orçamento familiar. O efeito causado nos alunos pelo programa teve uma duração de curto e longo prazo, o que faz com que o processo tenha sustentabilidade e longevidade do treinamento que os alunos receberam.

Com relação aos resultados obtidos, a primeira avaliação foi realizada em dezembro de 2010 e foi descoberto que o programa de educação financeira levou a mudanças que levaram a uma alavancagem do conhecimento, nas atitudes e no comportamento financeiro dos alunos. Os resultados obtidos levaram a maior proficiência financeira, autonomia financeira e intenção de poupar. Todos esses hábitos levaram à poupança e um comportamento de maior controle quanto aos gastos e maior participação na vida financeira da casa. Por sua vez, a avaliação de dezembro de 2011 mostrou que as contribuições do programa permanecem no curto prazo e também a longo prazo.

A atividade realizada com os responsáveis também foi avaliada e apresentaram uma grande quantidade de responsáveis que relataram que debateram questões financeiras em casa com os alunos, além do programa ter proporcionado conhecimento de conceitos financeiros

básicos, com relação ao workshop foi relatado a realização de uma lista de despesas domésticas e também um comportamento poupador por parte dos alunos.

Diante do exposto, pode-se concluir que a educação financeira nas escolas tem um impacto significativo na vida de crianças, adolescentes e também na vida de seus familiares, favorecendo o crescimento e desenvolvimento das mesmas, proporcionando então uma melhor qualidade de vida, o que favorece consequentemente o desenvolvimento socioeconômico do país.

O presente artigo cumpriu com o objetivo proposto, embora tenha encontrado algumas limitações, pela ausência de pesquisas sobre o tema. Assim, novos estudos devem ser desenvolvidos na área de educação financeira nas escolas, apresentando como as ações estão sendo implementadas nos diversos Estados da federação, bem como avaliando o efeito da educação financeira a curto, médio e longo prazo e seu impacto na vida do indivíduo e de que maneira isso influencia no desenvolvimento socioeconômico do país.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS (2020).

Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/680056-proposta-exige-educacao-financeira-nos-curriculos-do-ensino-basico/>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação Financeira: Uma Análise de Grupos Acadêmicos. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103-121, 2018.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL (AEF-Brasil). Disponível em: <<https://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas/educacao-financeira-no-ensino-fundamental/>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013). **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília, p.72. 2013. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2020.

BM&FBOVESPA (2012). **Resultados da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas**, 2012. Disponível em: <[https://www.aefbrasil.org.br/en/wp-content/uploads/Release\\_BMFBOVESPA.pdf](https://www.aefbrasil.org.br/en/wp-content/uploads/Release_BMFBOVESPA.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL/COREMEC. Educação financeira nas escolas – Ensino Médio. COREMEC, GAP, UNIBANCO, 2010.

BTG PACTUAL DIGITAL. Educação Financeira: o que é, por que é importante e dicas. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/blog/investimentos/2635>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos: finanças para casais**. São Paulo: Gente, 2013. 2ª tiragem.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. *Financial Services Review*, v. 15, n. 3, p. 133, Summer 2006.

DOMINGOS, Reinaldo. O que é Educação Financeira? Disponível em: <<http://www.dsop.com.br/blog/o-que-e-educacao-financeira>>. Acessado em: 2 de abril de 2020.

EWALD, Luis Carlos. **Alfabetização Financeira**, Pinhais, v. 3, n. 47, p. 4-5, abr. 2011. Entrevista concedida a Revista Impressão Pedagógica.

- JACOB, Katy et al. Tools for survival: An analysis of financial literacy programs folowerincome families. Chicago: Woodstok Institute, Jan/2000.
- KIOYOSAKI, Robert T.; Lechter, S. L. **Pai Rico, pai pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro.** Ed. 66º, Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- LOBO, Rafael. Importância da Educação Financeira. **Conceito Zen**, 2019. Disponível em: <<https://www.conceitozen.com.br/importancia-da-educacao-financeira.html>>. Acesso em: 12 de out. de 2020.
- LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. **A influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos.** IN IX SEMEAD, 2006. Disponível em: <[http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado\\_seMead/trabAlhosPDF/266.pdf](http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_seMead/trabAlhosPDF/266.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2020.
- MACHADO, Diego da Rocha. Educação Financeira nas Escolas de Porto Alegre. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre:2011.
- OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). *OECD's Financial Education Project*. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <[www.oecd.org/](http://www.oecd.org/)>. Acesso em: março 2021.
- ORGANISATON FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Improving Financial Literacy – Analysis of inssues and policies. Paris, 2005.
- OLIVEIRA, A. E. et al. A importância da educação financeira no contexto escolar e familiar: Uma amostra do projeto implantado na UNESPAR. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 11, 2014, Apucarana/PR. **Anais [...]**. Apucarana: UNESPAR, 2014.
- ORGANISATON FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Improving Financial Literacy – Analysis of inssues and policies. Paris, 2005.
- PINHEIRO, R. P. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. São Paulo: Peixoto Neto, 2008. Disponível em: <<http://www.fbss.org.br/dados/wwwfbs/artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Previdenci%C3%A1ria%20e%20Financeira%20-%20a%20nova%20fronteira%20dos%20fundos%20de%20pens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2019.
- PETER, Luciani Dallmann; PALMEIRA, Eduardo Mauch. **Estudo sobre a educação financeira como disciplina escolar a partir das séries iniciais.** 2013. Disponível em: Acesso em 16 nov. 2020.
- SAVÓIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1.121-1.141, nov./dez. 2007.
- SELA, Vilma Meurer. **A atuação dos atores no processo de formação da agenda de inclusão financeira no Brasil.** 2017. 228 f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática, Curitiba, 2013.
- STEPHANI, Marcos. **Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2005.

TEIXEIRA, Aline de Oliveira et al. **Vantagens e desvantagens da implantação da disciplina educação financeira nas escolas de ensino médio na cidade de pinhais – PR pinhais/PR 2010**. 2010. 82 f. Monografia (Graduação em Administração de Empresas) – Faculdades de Pinhais, Pinhais, 2010.

VIDA E DINHEIRO. **ENEF - Estratégia nacional de educação financeira**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef>>. Acesso em 17 out. 2020.

VOLPE, R.; CHEN, H.; LIU, S. An analysis of the importance of personal finance topics and the level of knowledge possessed by working adults. *Financial Services Review*, v. 15, p. 81-98, 2006.